



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - EXTRAJUDICIAL

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES

| IDENTIFICAÇÃO | |
|--|--|
| Comarca: ALTAMIRA – PARÁ – 3º Ofício de Notas e de Registro Civil de Pessoas Naturais | |
| Polo/Região Judiciária: Altamira | |
| Magistrado(a) corrigente: LUCIO BARRETO GUERREIRO | |
| EDITAL DE CORREIÇÃO Nº 10/2023 - CGJ | |
| Data da publicação: 10/04/2023 | |
| Data da abertura da correição: 21/06/2023 | |
| Data do encerramento da correição: 21/06/2023 | |
| DADOS GERAIS DA SERVENTIA | |
| Nome oficial da serventia: NÁDIA SUELY ANCHIETA DO NASCIMENTO | |
| Código Nacional da Serventia (CNS): 068569 | CNPJ: 34.887.661/0001-00 |
| Endereço: Rua Magalhães Barata nº.1649, Centro, Altamira – PA | |
| Telefone fixo: (93) 3515-2628 | Celular: (93) 98124-6564 |
| e-mail: cartório3oficioatm@gmail.com cejint027@tjpa.jus.br | Celular Plantão (RCPN): (93) 98124-6564 |
| ATRIBUIÇÕES | |
| (X) Tabelionato de Notas () Tabelionato de Protesto () Registro de Imóveis () Registro de Títulos e Documentos | (X) Registro Civil das Pessoas Naturais () Registro Civil das Pessoas Jurídicas () Registro de Distribuição |

DADOS GERAIS DO(A) DELEGATÁRIO(A) E EVENTUAL EQUIPE

| IDENTIFICAÇÃO DO(A) DELEGATÁRIO(A) | |
|--|--|
| Nome do(a) Responsável pelo Cartório: Nádia Suely Anchieta do Nascimento | |
| Status do(a) responsável: (X) Titular () Interino(a) () Interventor(a) | CPF: 394.940.712-04 |
| Endereço: Passagem 04 nº.4570, Bairro Ibiza, Altamira-PA | Ato de nomeação: Portaria nº.01112 Data da posse / exercício: 04 de Janeiro de 1991 |
| Telefones: (93) 99135-6447 | E-mail: cartório3oficioatm@gmail.com |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| IDENTIFICAÇÃO DO(A) SUBSTITUTO(A) LEGAL | |
|--|--|
| Nome do(a) Substituto(a) Legal: Hiram Paes do Nascimento | |
| CPF:016.003.032-34 | Portaria de designação: 03/02/2017 |
| Endereço: Passagem 04 nº.4570, Ibiza, Altamira-PA | Telefones: (93) 99127-6115 E-mail: |
| 1 | A designação de substituto(a) legal observou os requisitos do art.24 do Código de Normas? (X) Regular, pois de acordo com os dispositivos legais à época da nomeação. () Irregular. Motivo: Observações/Providências Apresentado Ato de Nomeação nº 009, de 03/02/2017: |
| PREPOSTOS | |
| 2 | Apresentação do Livro de Registro de Empregados devidamente preenchido? (X) SIM () NÃO Todos tem Ficha de Registro de Empregados Observações/Providências: |
| 3 | Existência de quadro de horário de trabalho dos prepostos com indicação das respectivas funções e das respectivas portarias de designação devidamente atualizadas? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 4 | Designação dos escreventes foi feita através de Portaria do Cartório, indicando nome e função, com comunicação ao Juízo de Registros Público e à Corregedoria Geral a Justiça? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| CARACTERÍSTICAS DO IMÓVEL DO CARTÓRIO | |
| 5 | As instalações físicas são salubres e adequadas para funcionamento, dispendo de bom estado de conservação e higiene, proporcionando bom atendimento aos usuários, com conforto, proteção à saúde e segurança? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 6 | O mobiliário é ergonômico, encontrando-se em bom estado de conservação? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 7 | Está localizado em área sujeita à ocorrência de alagamentos, incêndio, infiltrações e umidade? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: |
| 8 | Os elementos de identificação de serviço delegado são bem apresentados, possuindo sinalização com placa fixa de identificação, em material resistente, com os seguintes dados: a) nome oficial do cartório e a natureza dos serviços; b) horário de funcionamento; c) número de telefone e, no caso de cartório de registro civil de pessoas naturais, número de contato telefônico fixo ou celular para plantão aos sábados, domingos e feriados civis e religiosos. (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 9 | Dispõe de licenças e alvarás para funcionamento do prédio, seja a do ente municipal, seja o expedido pelo Corpo de Bombeiros, bem como de material de segurança contra incêndios, tais como extintores? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: |
| 10 | As acomodações da serventia propiciam segurança ao arquivamento de livros e documentos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 11 | Oferece acessibilidade às pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 12 | O espaço destinado ao atendimento é adequado, dispendo de cadeiras, bebedouro, balcão preferencial e climatização? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 13 | As instalações elétricas e hidráulicas do cartório estão em perfeito estado de funcionamento e boa conservação? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 14 | Há boa conectividade com a rede mundial de computadores (internet); equipamentos eletrônicos são atuais e se prestam a sua funcionalidade, considerando o porte do cartório? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DELEGADOS E ATENDIMENTO | |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|--|--|
| 15 | O atendimento é realizado com eficiência, urbanidade e presteza (considerando vestimenta, uniforme e cordialidade dispensada ao público)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 16 | Comparecimento diário do delegatário ao cartório, no horário de expediente, atuando o substituto legal apenas em eventuais ausências ou impedimentos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 17 | A serventia observa a jornada de 06(seis) a 08(oito) horas diárias, de segunda a sexta-feira, para atendimento ao público, informando sobre o horário de funcionamento ao Juízo de Registros Públicos e à Corregedoria Geral de Justiça? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 18 | Há respeito à prioridade das pessoas com deficiência, lactantes, gestantes e idosos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 19 | Existe sistema de distribuição de senhas, considerando o porte do cartório? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 20 | O quantitativo de prepostos é suficiente à adequada prestação de serviço, em conformidade com a demanda (considerando o porte do cartório, o movimento de serviços prestados e pessoas atendidas)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 21 | As tabelas de emolumentos em vigor, assim como os cartazes informativos da gratuidade dos serviços e do selo digital, encontram-se afixados em local visível, de fácil leitura e acesso ao público? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 22 | É fornecido, independentemente de solicitação, recibo discriminado dos emolumentos percebidos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 23 | O atendimento aos usuários se dá em tempo de espera razoável e observa eventual norma municipal que disciplina o tempo de espera nas serventias extrajudiciais? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 24 | São mantidos na Serventia as leis, regulamentos, resoluções, provimentos, regimentos, ordens de serviço e quaisquer outros atos que digam respeito à sua atividade (Art. 30, IV, da Lei nº 8.935/94), bem como as legislações mencionadas no art. 22, do CN - Tomo II? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 25 | As dúvidas suscitadas são encaminhadas ao Juízo competente? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 26 | A escrituração dos livros e documentos satisfaz às exigências legais (termos de abertura e encerramento, numeração e autenticação de folhas, ausência de rasuras, emendas, ressalvas etc., bem como a utilização do livro auxiliar (Prov. CNJ nº 45/2015) ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 27 | Existem práticas viciosas a serem coibidas? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: |
| DEMAIS ASPECTOS DE FISCALIZAÇÃO EM RELAÇÃO AO DELEGATÁRIO E AO CARTÓRIO | |
| 28 | Foi apresentado comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas dos colaboradores da serventia, inclusive do substituto legal? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 29 | Estrita observância quanto a cobrança dos emolumentos fixados para a prática dos atos do seu ofício, com a afixação da tabela em local de fácil acesso ao público? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 30 | Guarda e manutenção dos livros, papéis e documentos do acervo do cartório em local salubre e sem presença de umidade? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| 31 | Adoção de sistemas de cópias de segurança, “backup” em mídia eletrônica, digital ou outro método hábil a sua preservação, abrangendo todos os livros obrigatórios, com periodicidade inferior a 30 (trinta) dias? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 32 | Capacidade técnica plena do escrevente substituto para, nas eventuais ausências ou impedimento, substituir o delegatário? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 33 | Respeito ao princípio da territorialidade na prática dos atos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 34 | Respeito à vedação legal no funcionamento de sucursais do serviço? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 35 | Existência e regularidade do Livro de Visitas e Correições (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “a”)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 36 | Existência e regularidade do Livro Diário Auxiliar da Receita e da Despesa (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “b”)? As despesas lançadas no livro resultam da prestação do serviço delegado, estando rigorosamente dentre aquelas autorizadas pelo art. 8 do Provimento 45/2015 da Corregedoria Nacional de Justiça (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 8º, “a” a “m”)? Está sendo visado anualmente pelo Juízo Corregedor? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 37 | Existência e regularidade do Livro Controle do Depósito Prévio, nos cartórios cujo serviço o admitam (Prov. CNJ nº 45/2015, art. 1º, “c”)? (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: |
| 38 | O Sistema Justiça Aberta Extrajudicial do Conselho Nacional de Justiça é alimentado com dados semestrais atualizados da serventia, do delegatário, arrecadação e repasses? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 39 | O(A) Oficial(a) acessa diariamente o Processo Judicial Eletrônico das Corregedorias – PJeCOR, Malote Digital do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o E-mail Oficial disponibilizado pela Corregedoria, que são o meio de comunicação oficial entre os serviços notariais e de registro e entre estes e os órgãos do Poder Judiciário do Estado do Pará? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 40 | A Serventia possui registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e registrais de seu ofício, conforme determinam os Provimentos n.ºs 74/2018 e 88/2019 (art.13) – ambos do CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 41 | A serventia oferece o serviço de cópias reprográficas? Qual o valor? (Verificar se a informação está ostensiva, pois é obrigatória e se os preços são módicos) () SIM (X) NÃO Observações/Providências: |
| DA CORRETA UTILIZAÇÃO DOS SELOS DIGITAIS | |
| 42 | A serventia mantém sistema eletrônico compatível com os padrões definidos pelo código de normas para recepção dos atos praticados pelos sistemas de informação do Tribunal de Justiça e pela documentação de integração? (Pedir para ver o sistema) (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 43 | Os selos de fiscalizações estão sendo utilizados, obedecendo-se a ordem cronológica? (Pedir para ver o sistema - não sendo obedecida, deve-se comunicar a CGJ para cancelamento de todos os selos fora de ordem, para não configurar quebra de sequência) (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 44 | Os selos estão sendo inseridos eletronicamente na última folha dos atos praticados – art. 149 e 150 do Código de Normas, acompanhado do carimbo da serventia e do sinal público do responsável pelo ato, de modo que fique assegurada a plena visualização de todos os itens do Selo Digital? (Somente é permitida a impressão de etiquetas em atos que não comportem inclusão eletrônica, tais como autenticação, reconhecimento e dut do detran, e, nos demais atos, tais como certidões, escrituras, procurações e etc... verificar se o selo se encontra inserido eletronicamente na última folha do documento). (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|----------------------------|---|
| 45 | No caso da utilização de etiqueta autoadesiva, é lançado sobre parte da etiqueta aplicada ao documento o carimbo da Serventia e a rubrica do responsável ou de seu preposto, permanecendo sempre legível a numeração do Selo Digital utilizado. (art. 149 do Código de Normas)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 46 | Os selos de fiscalização estão de acordo com os padrões definidos pelo Código de Normas e documentação de integração? (Tamanho, dados e informações – pedir para ver alguns selos utilizados) (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 47 | Os atos selados estão sendo enviados imediatamente após suas conclusões, em documento html, ao sistema de informação do tribunal de justiça? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 48 | A serventia possui pendência de declaração de selos utilizados? (Consultar o sistema – SIAE ou pedir informações prévias ao setor de arrecadação) () SIM (X) NÃO Observações/Providências: |
| 49 | A serventia ainda possui em seu acervo selos físicos pendentes de devolução ao Tribunal de Justiça? (Consultar previamente a divisão de arrecadação. Caso possua, deve proceder a imediata devolução ao TJ) () SIM (X) NÃO Observações/Providências: |
| 50 | Como a serventia tem procedido quando da necessidade de proceder retificações e cancelamentos de selos? (A serventia deve solicitar autorização Corregedoria para cancelamento e retificação) (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 51 | A serventia está obedecendo a determinação do código de normas, no sentido de manter estoque de selos para, no mínimo, 10 (dez) dias, antes de solicitar nova compra, a fim de que os serviços não sofram descontinuidade e prejudique a população? (Alertar que a inobservância a essa regra configura infração disciplinar) (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 52 | A serventia está cadastrando as partes envolvidas no ato, no momento da selagem, inclusive com RG e CPF? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 53 | Foi feita a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE ou pelo portal da TJ/PA, resultando na exata identificação entre os elementos de ambos (ato praticado, livro/folha/termo, valor dos emolumentos, encargos e valor total). (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| CERTIDÕES NEGATIVAS | |
| 54 | Em se tratando de serventia vaga, o responsável interino procede ao recolhimento de eventual quantia que, em sua renda líquida, exceda ao teto remuneratório de 90,25% do subsídio dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, até o dia 10 do mês subsequente, apresentando o respectivo comprovante de pagamento, conforme art. 34 do Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRMB/CJCI? () SIM () NÃO (x) INAPLICÁVEL Observações/Providências: |
| 55 | Apresentou comprovação do correto recolhimento das taxas de fiscalização (FRJ e FRC)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 56 | Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: |
| 57 | Apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 58 | Apresentou cópia da última GPS (Guia da Previdência Social) e GFIP (Guia de Recolhimento do FGTS) , comprovando o uso do CEI (art. 17, II, b; e art. 19, II, g, Instrução Normativa RFB nº 971/2009)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 59 | Apresentou Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|--|--|
| 60 | Apresentou Certificado de Regularidade do FGTS - CRF pelo CEI do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 61 | Apresentou Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União pelo CPF do Delegatário e pelo CNPJ da Serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 62 | Apresentou Comprovante de transmissão da DOI dos últimos 12 (doze) meses, com utilização de Certificado Digital do Titular da Serventia; (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: |
| PROVIMENTO Nº 149/2023 CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA (APENAS TABELIONATO DE NOTAS E REGISTRO DE IMÓVEIS) | |
| 63 | O notário ou registrador tem, dentre seus prepostos, um nomeado como oficial de cumprimento regularmente registrado no Justica Aberta?" (CNJ, Provimento 88/2019, art. 8º, caput e § 4º) () SIM (X) NÃO () INAPLICÁVEL Art. 8º, parágrafo – Em caso de não nomeação de oficial de cumprimento, será considerado como tal o notário ou o registrador responsável pela serventia. Observações/Providências: |
| 64 | Havendo indícios da prática de crime de lavagem de dinheiro ou de financiamento do terrorismo, ou de atividades a eles relacionadas, é observado o prazo de um dia útil após o exame da operação ou proposta de operação para comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 15, caput) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: |
| 65 | O notário ou registrador, ou seu oficial de cumprimento, informa a CGJ-PA, até o dia 10 dos meses de janeiro e julho, a inexistência, nos 6 meses anteriores, de operação ou proposta suspeita passível de comunicação ao Coaf? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 17) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: |
| 66 | O notário ou registrador, ou o oficial de cumprimento atende às requisições formuladas pelo Coaf e pelo CNJ na periodicidade, forma e condições por eles estabelecidas, com a preservação do sigilo das informações prestadas? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 41) (X) SIM () NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: |
| 67 | O notário ou registrador mantém cadastro dos envolvidos, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 9º, caput) () SIM (X) NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: |
| 68 | O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas físicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 1º do Prov. n. 88/2019, CNJ ? () SIM (X) NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: |
| 69 | O notário ou registrador mantém cadastro das pessoas jurídicas envolvidas, inclusive representantes e procuradores, nos atos notariais protocolares e de registro com conteúdo econômico, com todos os dados elencados no art. 9º, § 2º do Prov. n. 88/2019, CNJ? () SIM (X) NÃO () INAPLICÁVEL Observações/Providências: |
| PROVIMENTO CNJ Nº 74/2018 – PADRÕES MÍNIMOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO | |
| 70 | A serventia apresentou laudo técnico certificando que está adequada aos padrões mínimos de segurança atendendo as exigências técnicas do Provimento nº 74/2018 do Conselho Nacional de Justiça?-- (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Caso a serventia não apresente laudo técnico, devem ser preenchidos integralmente os itens abaixo: |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|---|---|
| 71 | <p>Em relação aos parâmetros definidos no Provimento 74/CNJ, a serventia está enquadrada em que classe? () classe 1 (arrecadação de até R\$ 100.000,00 por semestre) () classe 2 (arrecadação de R\$ 100.000,00 a R\$ 500.000,00 por semestre) (X) classe 3 (arrecadação superior a R\$ 500.000,00 por semestre) OBS – 1. Informações disponíveis no site da Corregedoria de Justiça</p> <p>Possui rede elétrica devidamente aterrada? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui nobreak compatível com os servidores instalados, com autonomia de pelo menos 30 minutos? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Link de comunicação de dados megabits:* () 2 Megabits () 5 Megabits () 10 Megabits (X) Mais de 10 Megabits Observação:</p> <p>Possui local técnico isolado dos demais ambientes (alvenaria ou divisórias), com restrição de acesso por chave? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui local com refrigeração compatível com a quantidade de equipamentos e metragem? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui dispositivo de armazenamento (storage): () inexistente (x) físico (x) virtual Observação: Físico (servidor) / virtual (Wspeed e Demaria)</p> <p>Possui serviço de cópias de segurança na internet (backup em nuvem)? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui servidor com sistema de alta disponibilidade que permita a retomada do atendimento à população em até 15 minutos após eventual pane do servidor principal? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui impressoras e scanners (multifuncionais)? (X) SIM () NÃO Quantos? (especificar) – 05 (cinco) Observação:</p> <p>Possui switch para a conexão de equipamentos internos? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui roteador para controlar conexões internas e externas? (x) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui softwares licenciados para uso comercial? (X) SIM () NÃO. Especificar Observação:</p> <p>Possui software antivírus e antissequestro? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Possui firewall? (X) SIM () NÃO Observação: Foi adquirido e estão em fase de entrega.</p> <p>Possui proxy? (X) SIM () NÃO Observação: O servidor proxy foi adquirido e estão em fase de entrega.</p> <p>Possui banco de dados? (X) SIM () NÃO Observação:</p> <p>Quantos funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de e segurança ou de empresa contratada que preste o serviço de manutenção técnica com suporte? Observação:</p> |
| PROVIMENTO CNJ 134/2022 E CGJ Nº 10/2021 - TRATAMENTO E PROTEÇÃO DOS DADOS PESSOAIS – LGPD | |
| 72 | <p>A serventia mantém, em sua unidade, um sistema de controle do fluxo abrangendo a coleta, tratamento, armazenamento e compartilhamento de dados pessoais, até a restrição de acesso futuro? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|--|--|
| 73 | A serventia mantém, em sua unidade, política de privacidade que descreva os direitos dos titulares de dados pessoais, de modo claro e acessível, os tratamentos realizados e a sua finalidade? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 74 | A serventia já indicou o Encarregado de Proteção de Dados Pessoais, mantendo, em sua unidade, um canal de atendimento adequado para informações, reclamações e sugestões ligadas ao tratamento de dados pessoais, com fornecimento de formulários para essa finalidade (arts. 10 e 17 do Provimento CNJ 134/2022)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 75 | A serventia mantém, em sua unidade, em local de fácil visualização e consulta pelo público, bem como em seus meios de comunicação, as medidas sobre o cumprimento da lei de proteção de dados, divulgando as informações básicas a respeito dos dados pessoais e procedimentos de tratamento, os direitos dos titulares dos dados, o canal de atendimento disponibilizado aos titulares de dados para que exerçam seus direitos e os dados de qualificação do encarregado, com nome, endereço, e meios de contato? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: |
| 76 | A serventia mantém em sua unidade formulário para terceiros preencherem e assinarem o requerimento para obtenção de informações? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| PROVIMENTO CNJ 149/2023 – SERP (SISTEMA ELETRÔNICO DE REGISTROS PÚBLICOS) | |
| 77 | A Serventia está integrada tecnologicamente ao SERP – Sistema Eletrônico de Registros Públicos, instituído pela Lei nº 14.382 de 27.06.2022? (A total integração entre os Operadores Nacionais – ON – RCPN, ON-TDPJ e ONR ao ONSERP deve ocorrer em até 90 dias, contados de 03.02.2023) () SIM (X) NÃO Observações/Providências: |
| TÓPICO DE ENCERRAMENTO | |
| 78 | Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO - REGISTRO CIVIL DE PESSOAS NATURAIS

| REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS | |
|--|--|
| 1 | Mantém arquivados os documentos necessários à lavratura dos atos de seu ofício? (x) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 2 | Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Foi realizada a análise, por amostragem, nos seguintes livros: - Livro de Nascimento - A329: Termo de Abertura (29/05/2023), como o livro ainda está em uso, não consta termo de encerramento. - Livro de Nascimento -A275: Termo de Abertura (06/04/2015) e Termo de Encerramento (06/04/2015). - Livro de Casamento – B/92: Termo de Abertura (26/12/2022), como o livro ainda está em uso, não consta termo de encerramento. - Livro de Casamento Religioso com Efeito Civil – B-Auxiliar 11: Termo de Abertura (01/06/2018) e Termo de Encerramento (15/09/2022). - Livro de Óbito – C-66: Termo de Abertura (21/03/2022) e Termo de Encerramento (27/10/2022). - Livro de Natimorto – C-Auxiliar 05: Termo de Abertura (31/01/2017), como o o livro ainda está em uso, não consta termo de encerramento. - Livro de Proclamas – D/51: Termo de Abertura (15/03/2022) e Termo de Encerramento (31/08/2022). - Livro Especial – E/06: Termo de Abertura (02/06/2021) e Termo de Encerramento (21/03/2023). |
| 3 | São feitas as remissões recíprocas e encaminhadas as comunicações com resumo do assento, dos registros ou averbações levadas a efeito na Serventia, ao oficial em cujo cartório estiverem os registros primitivos, no prazo de cinco dias, consoante o disposto nos arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: Feita a análise, por amostragem, no Livro de Nascimento – A-328, verificou-se que foi realizada a anotação no Registro de Nascimento n. 84801, comunicando Óbito n. 14516, Livro n. 67, folha 151v, do Cartório do 3º Ofício de Altamira. |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|-----------|---|
| 4 | <p>São feitas as anotações nos atos anteriores das comunicações recebidas de outras serventias no prazo de cinco dias consoante disposto no arts. 106 e 107 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 5 | <p>Os editais de proclamas de casamento são afixados em local ostensivo da Serventia e publicados na imprensa local, consoante o disposto no art. 67, §1º, da Lei Federal 6.015/73? () SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 6 | <p>É mantida rigorosamente atualizada a escrituração do Livro “D – de registro de proclamas”, prevista nos arts. 33, inc. VI, e 43, ambos da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 7 | <p>Há juiz de paz na serventia? Como é feita sua remuneração? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 8 | <p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de nascimento (lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais), conforme dispõe o art. 50, caput, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 9 | <p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de casamento (distrito de residência de ao menos um dos nubentes), conforme dispõe o art. 67, caput, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 10 | <p>É observada a territorialidade para a lavratura dos assentos de óbitos (lugar do falecimento ou no lugar de residência do <i>de cujus</i>), conforme dispõe o art. 77, caput, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 11 | <p>O registro tardio de nascimento é feito no lugar de residência do interessado mediante requerimento, impressão datiloscópica e fotografia do registrando, com 2 (duas) testemunhas devidamente qualificadas e entrevistadas pelo Oficial e demais requisitos do Provimento nº 28 do Conselho Nacional de Justiça? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 12 | <p>São encaminhadas ao Juiz competente as certidões de registro de nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, consoante o disposto no art. 2º da Lei Federal 8.560/92? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 13 | <p>Finalizado o procedimento de alteração de nome previsto nos artigos 55 e 56 da Lei 6015/73, têm sido feitas as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, preferencialmente por meio eletrônico? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 14 | <p>Está sendo cumprido o Provimento CNJ nº 137/2022 quanto aos itens abaixo?</p> <ul style="list-style-type: none">- prestar as informações suficientes para individualizar a pessoa requerente (nome anterior, nome atualizado, nome dos pais, data de nascimento, documento de identidade e CPF), em documento cuja autenticidade possa ser verificada; (X) SIM () NÃO- informar à pessoa interessada que a retificação do seu prenome no Cadastro Eleitoral deverá ser por ela requerida à Justiça Eleitoral, mediante operação de revisão, o que é indispensável para possibilitar que certidões eleitorais e o caderno de votação contemplem o nome atual (X) SIM () NÃO <p>Observações/Providências:</p> |
| 15 | <p>Encontram-se afixadas, nas dependências da serventia, em local de grande visibilidade, que permita fácil leitura e acesso ao público, informações claras sobre a gratuidade para a lavratura dos assentos de nascimento e de óbito, bem como pela emissão das respectivas primeiras certidões, conforme disposto no art. 30, §3º-C, da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |
| 16 | <p>É observado o sistema de plantão nos sábados, domingos e feriados, conforme art. 4º, §1º, da Lei Federal 8.935/94? Possui aviso ao público do horário e local do plantão da serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências:</p> |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|-----------|---|
| 17 | Nos assentos de nascimento e óbito é obedecida pelo registrador, a grafia correta no nome dos registrandos, bem como é observada a vedação legal de registro de prenomes que exponham ao ridículo? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 18 | Antes da lavratura de qualquer registro de nascimento, a serventia realiza consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais - CRC, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo-DNV, conforme Recomendação nº 43/CNJ/2019? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 19 | Está sendo obedecido o prazo de 48h (quarenta e oito horas) para encaminhamento dos dados registrais das pessoas em estado de vulnerabilidade socioeconômica, para os Institutos de Identificação, para efeito de emissão de registro de identidade, nos termos do Provimento 104/20 -CNJ? () SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 20 | Os registros de nascimento e os assentos de óbitos contêm os requisitos exigidos, respectivamente, dos arts. 54 e 80 da Lei Federal n. 6.015/73, bem como bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento 63/2017- CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 21 | A Serventia formaliza a notificação ao Juiz Corregedor Permanente, Ministério Público e/ou Polícia em caso de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 anos? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 22 | São atendidas as determinações do Provimento nº 46/2015 do CNJ que instituiu a Central de Registro Civil – CRC, quanto às digitalizações, alimentação, pedidos de certidões e encaminhamento das comunicações dos registros e averbações feitos na serventia? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 23 | O acervo da serventia está digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 24 | São encaminhadas as comunicações mensais ao INSS, IBGE, Junta de Serviço Militar do Município, Secretaria de Saúde, Justiça Eleitoral, DETRAN e demais repartições e autoridades, consoante disposto no art. 49 da Lei Federal 6.015/73? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 25 | Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da inspeção realizada no ano anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 26 | A serventia está cumprindo as disposições do Provimento 13/CNJ que trata sobre o cadastro, no Justiça Aberta, das unidades interligadas em funcionamento nos hospitais e maternidades? () SIM () NÃO Observações/Providências: |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA | | | | |
|---|---|---|--|---|
| Livro | Matéria | Há folhas em branco? | Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido? | As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas? |
| A | Registro de nascimentos | [] sim [x] não | [] sim [x] não | [X] sim [] não |
| B | Registro de casamentos | [] sim [x] não | [] sim [x] não | [X] sim [] não |
| B -Auxiliar | Registro de casamentos religiosos para efeitos civis | [] sim [x] não | [] sim [x] não | [x] sim [] não |
| C | Registro de óbitos | [] sim [x] não | [] sim [x] não | [x] sim [] não |
| C – Auxiliar | Registro de natimortos | [] sim [x] não | [] sim [x] não | [x] sim [] não |
| D | Registro de proclamas | [] sim [x] não | [] sim [x] não | [x] sim [] não |
| E | Demais atos relativos ao estado civil (ausência, emancipação, interdição, opção de nacionalidade) | [] sim [x] não [] inaplicável | [] sim [x] não [] inaplicável | [x] sim [] não [] inaplicável |

Todos os livros da serventia contêm as assinaturas, rubricas, números de páginas e termos de abertura e encerramento obrigatórios aos atos e à escrituração?
(X) SIM () NÃO

Observações/Providências: Foi realizada a análise, por amostragem, nos seguintes livros:

- Livro de Nascimento -A275: Termo de Abertura (06/04/2015) e Termo de Encerramento (06/04/2015).
- Livro de Casamento – B/92: Termo de Abertura (26/12/2022), como o livro ainda está em uso, não consta termo de encerramento.
- Livro de Casamento Religioso com Efeito Civil – B-Auxiliar 11: Termo de Abertura (01/06/2018) e Termo de Encerramento (15/09/2022).
- Livro de Óbito – C-66: Termo de Abertura (21/03/2022) e Termo de Encerramento (27/10/2022).
- Livro de Natimorto – C-Auxiliar 05: Termo de Abertura (31/01/2017), como o o livro ainda está em uso, não consta termo de encerramento.
- Livro de Proclamas – D/51: Termo de Abertura (15/03/2022) e Termo de Encerramento (31/08/2022).
- Livro Especial – E/06: Termo de Abertura (02/06/2021) e Termo de Encerramento (21/03/2023).

RELATÓRIO DE CORREIÇÃO – TABELIONATO DE NOTAS

| TABELIONATO DE NOTAS | |
|----------------------|---|
| 1 | A Serventia possui todos os livros próprios das atribuições de Tabelionato de Notas, conforme legislação em vigor? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 2 | Mantém arquivadas as certidões e os documentos necessários à lavratura de escrituras relacionadas às transações imobiliárias, consoante o disposto na Lei Federal 7.433/85 e Decreto 93.240/86? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 3 | Mantém fichário de cartões de autógrafa? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 4 | No reconhecimento de firmas, dentre os requisitos exigidos, tem sido mencionada a sua espécie (autenticidade ou semelhança), bem como o nome do signatário por extenso e de modo legível, inclusive quando houver mais de uma assinatura? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 5 | É observada a vedação do reconhecimento de firma em documentos sem data, pós-datado, incompleto ou que contenha espaços em branco? (X) SIM () NÃO |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|-----------|---|
| 6 | Decorrido o prazo de 30 (trinta) dias da data da lavratura, a escritura não assinada pelas partes faltantes é tornada sem efeito? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 7 | O tabelião, substituto ou escrevente, bem como as demais pessoas que comparecem aos atos, rubricam todas as folhas utilizadas? As rubricas são colhidas na margem que não é destinada à encadernação? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 8 | Nos livros de folhas soltas, logo que concluídos, são lavrados os termos de encerramento, com posterior encadernação (art. 87, § 2º do Código de Normas)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 9 | A Serventia já está integrada no Sistema de Atos Notarias Eletrônicos – e-Notariado, nos termos pelo Provimento 100/20-CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 10 | A Serventia já institui a matrícula notarial eletrônica, nos termos do art. 12 do Provimento 100/20-CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 11 | Remete ao CENSEC, até o 15º (décimo quinto) dia de cada mês subsequente ao da lavratura, relação dos inventários, partilhas, separações, divórcios, testamentos e suas revogações realizadas no mês anterior e demais determinações dos Provimentos nº 18/2012 e nº 56/2016 do CNJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 12 | Preenche, obrigatoriamente, antes da assinatura do ato, ficha padrão ou cartão de autógrafo das partes que pratiquem atos translativos de direitos, de outorga de poderes, de testamento ou de relevância jurídica? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 13 | O Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do CN (Provimento Conjunto nº 02/2019-CJRM/CJCI)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 14 | O tabelião informa ao Colégio Notarial do Brasil, em até 15 dias, os dados para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado (CCN)? (CNJ, Prov. n. 100) () SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 15 | Observa rigorosamente as formalidades necessárias à lavratura de testamentos, conforme disposto no artigo 20, § 4º, a Lei nº 8.935/1994 c/c artigo 1.864 e seguintes do Código Civil, (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 16 | O tabelião consulta a base de dados do Cadastro Único de Beneficiários Finais, com a complementação das informações com outras que puder extrair dos documentos disponíveis, para os fins de identificação do beneficiário final da operação? (CNJ, Prov. n. 88/2019, art. 31, § 3º) () SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 17 | Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a alimentação sobre escrituras e procurações públicas lavradas ou informação negativa da prática destes atos? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | |
|-----------|--|
| 18 | Existem pendências na central (CENSEC), nos diversos módulos, quanto a carga das informações dos atos notariais já lavrados, realizada regressivamente? (CNJ, Prov. 18/2012 e alterações) (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 19 | A serventia extrajudicial cumpre os arts. 7º e 14 do Provimento 39 do CNJ, efetuando consulta o banco de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código gerado (hash), no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 20 | Nos últimos três meses a Serventia formalizou alguma Escritura Pública de área rural a pessoa física ou jurídica estrangeira, assim considerada nos termos da legislação em vigor? Nelas, tem sido observadas as exigências do art. 9º e seu parágrafo único da Lei Federal n. 5.709/71, bem como o Decreto 74.965/74? () SIM (X) NÃO Observações/Providências: |
| 21 | É observado o disposto no artigo 8º, §3º, da Lei Federal nº 5.868/1972 nas escrituras públicas envolvendo imóvel rural, que não podem possuir área menor que o módulo rural previsto para a região? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 22 | É observado o disposto no artigo 4º, inciso II, da Lei Federal nº 6.766/1979 nas escrituras públicas envolvendo imóvel urbano, que não podem possuir área menor que 125m ² (cento e vinte e cinco metros quadrados)? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 23 | Em caso de imunidade tributária, isenção ou não incidência do tributo está sendo mencionado na escritura o dispositivo constitucional ou legal que autoriza ou, se for o caso, referida a certidão expedida pela autoridade fiscal competente sobre o fato, conforme determina o art. 5º do Provimento n. 008/2002 - CGJ? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 24 | A serventia fiscaliza o recolhimento dos tributos incidentes sobre os atos lavrados? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |
| 25 | Qual o último acesso realizado à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens – CNIB? (CNJ, Prov. n. 39/2014) 06/06/2023. Observações/Providências: |
| 26 | Foram sanadas todas as irregularidades apontadas no relatório da correição realizada anterior? (X) SIM () NÃO Observações/Providências: |

VERIFICAÇÃO DA REGULARIDADE DOS LIVROS DA SERVENTIA

| Matéria | Há folhas em branco? | Há rasuras, entrelinhas ou uso de corretivo líquido? | As folhas estão sequencialmente numeradas e devidamente rubricadas? |
|---|----------------------|--|---|
| Escrituras Livro- 10/E | [] sim [X] não | [] sim [x] não | [X] sim [] não |
| Atas Notariais São lavradas no mesmo livro de Escritura | [] sim [] não | [] sim [x] não | [X] sim [] não |



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

| | | | |
|--|--|---|---|
| Procurações Livro 92-P | <input checked="" type="checkbox"/> sim No livro nº. 92-P, em uso, consta uma folha em branco - Fls. 045 <input type="checkbox"/> não | <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não | <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não |
| Livro de Registro de Assinatura de Reconhecimento de Firma Autêntica | <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não | <input type="checkbox"/> sim <input checked="" type="checkbox"/> não | <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não |
| Índice | <input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input type="checkbox"/> inaplicável | <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> inaplicável | <input type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não <input checked="" type="checkbox"/> inaplicável |

OBSERVAÇÕES/PROVIDÊNCIAS:

A Correição Ordinária realizada presencialmente pela Corregedoria-Geral de Justiça no Cartório do 3º Ofício Altamira (CSN 06856-9), ocorreu no dia 21 de junho de 2023.

A serventia encontra-se provida, tem como Titular a Dra. Nádia Suely Anchieta do Nascimento e possui as atribuições de Tabelionato de Notas e Registro Civil de Pessoas Naturais.

A serventia observa a jornada de 08:00 às 12:00 e 14:00 às 17:00. Funciona em regime de plantão aos sábados, domingos e feriados, a fim de atender as demandas de Registro Civil das Pessoas Naturais relativas ao nascimento e óbito, em conformidade com o disposto no art. 4º, § 1º, da Lei n. 8.935/1994 e art. 8º, parágrafo único, da Lei n. 6015/1973, para tanto, trabalha em regime de sobreaviso, disponibilizando o número de telefone que fica na fachada do prédio.

Em correição, foram apresentadas as fichas individualizadas de todos os prepostos, nas quais constam o cadastro de horário de trabalho, também foram apresentados os atos de nomeação do Oficial Substituto, das Escreventes Autorizadas e dos Juízes de Paz.

A serventia encontra-se devidamente identificada, na fachada do prédio constam informações relativas a natureza das atribuições, horário e dias de funcionamento, número de telefone e e-mail para contato.

As instalações da serventia apresentam bom estado de conservação. O mobiliário é ergonômico. O prédio possui rampa de acesso para os cadeirantes. O espaço destinado à recepção dos usuários dos serviços é todo climatizado, sendo disponibilizadas cadeiras suficientes para atender a demanda, bem como são distribuídas senhas eletrônicas.

A serventia não possui Alvará de Funcionamento do Corpo de Bombeiros e/ou Prefeitura, tampouco extintores de incêndio. Foi apresentado projeto assinado por engenheiro, que tem por fim regularizar tal situação.

A Tabela de Emolumentos encontra-se fixada em quadro de fácil visualização pelos usuários do serviço. O recibo discriminando os emolumentos percebidos pela serventia são fornecidos independentemente de solicitação, sendo automatizado.

As últimas suscitações de dúvida foram remetidas fisicamente ao Fórum, ocasião em que a Oficial foi



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

orientada a remetê-las via PJE à Juíza Corregedora Permanente da Comarca.

A Oficial apresentou comprovante de recolhimento das contribuições previdenciárias e demais encargos trabalhistas dos colaboradores da serventia.

A serventia faz backup físico através do servidor principal, bem como backup em nuvem através do sistema Demaria, a cada 30 (trinta) minutos em ambos.

A serventia possui Livro de Controle de Depósito Prévio, bem como Livro Diário Auxiliar de Receita e Despesa.

Em consulta ao sistema Justiça Aberta, constatou-se que falta atualizar o número de prepostos da serventia, pois constam apenas 03 (três) colaboradores.

O sistema Demaria foi instalado na serventia em 2000, a partir de então os atos notariais e registrais passaram a ter conteúdo eletrônico, entretanto, os atos pretéritos ainda encontram-se pendentes de tal providência.

Foi relatado que após a inspeção relaziada pelos Fiscais de Arrecadação do TJPA, os selos digitais passaram a ser inseridos nas últimas folhas dos atos, conforme determina o art. 149 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

Os atos selados digitalmente são remetidos a cada 03 (três) horas ao sistema de informação do TJPA, em desconformidade com o disposto no art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, eis que a remessa deve ser feita imediatamente após a conclusão daqueles.

Em consulta ao Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, verificou-se a ausência de pendência de prestação de contas de selos de segurança.

Indagada sobre o meio adotado quando da necessidade de proceder as retificações e cancelamentos de selos de segurança, a Oficial demonstrou ter conhecimento sobre o novo procedimento, sendo que atualmente ocorre através do Sistema Integrado de Arrecadação Extrajudicial, consoante os termos do art. 157-B do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará, introduzido pelo Provimento n. 02/2023 – CGJ.

Realizada a conferência dos selos digitais impressos nos livros da serventia em comparação com a consulta pública pelo QR CODE, verificou-se à época da correição que o site do TJPA responde lentamente, demorando mais de 01 (uma) hora, todavia essa inconsistência já foi saneada pela SECINFO do TJ.

De acordo com o Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação Extrajudicial, a serventia não possui pendências em relação ao recolhimento das taxas de fiscalização FRJ eFRC.

A Oficial deixou de apresentar Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Municipal, sob a justificativa de que há uma contenda judicial.

A Oficial apresentou Certidão Negativa de Débitos perante a Fazenda Pública Estadual, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Guia de Recolhimento do FGTS, Guia da Previdência Social e Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais.

A serventia lavra poucas Escrituras Públicas. A última DOI é referente a janeiro 2022.

Em relação à política de prevenção à lavagem de dinheiro e ao financiamento do terrorismo, que passou a ser disciplinada pelo Provimento n. 149/2023 – CNJ, a própria Delegatária é a Oficial de Cumprimento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

A Oficial assegurou que comunica à Corregedoria local sobre a existência ou inexistência de proposta suspeita passível de comunicação ao COAF.

A serventia se enquadra na Classe 03, para os fins do Provimento n. 74/2018 – CNJ. Há 01 (um) técnico de informática e 02 (dois) funcionários do cartório treinados na operação do sistema e das cópias de segurança.

Em relação ao Provimento n. 10/2021 – CGJ e ao Provimento n. 134/2022 – CNJ - Tratamento e Proteção dos Dados Pessoais – LGPD, Escrevente Autorizada foi indicada como Encarregada para essa finalidade.

No momento da correição, a serventia ainda não se encontrava totalmente adequada às normas disciplinadoras da LGPD, porém apresentou contrato celebrado com Assessoria Jurídica de Santa Catarina com esse intuito.

A Serventia ainda não se encontra totalmente integrada ao Sistema Eletrônico de Registros Públicos – SERP.

Quanto ao serviço de Registro Civil de Pessoas Naturais, verificou-se que os editais de proclamas é publicado apenas na plataforma e-proclamas.

Em correição, foram apresentadas as portarias de nomeação dos Juízes de Paz.

Realizada a análise, por amostragem, no Livro de Nascimento n. A-238, Livro de Casamento B-92 e Livro de Óbitos C-66, verificou-se que é observado o Princípio da Territorialidade, previstos nos arts. 50, 67 e 77, da Lei n. 6.015/1973.

A Oficial assegurou encaminhar ao Juiz competente as Certidões de Registro de Nascimento onde foi estabelecida apenas a maternidade, conforme determina o art. 2º da Lei n. 8.560/1992.

Assim como, garantiu realizar as comunicações necessárias aos órgãos de identificação civil e TSE, após a finalização do procedimento de alteração de nome.

Por ocasião da correição, a Oficial Registradora foi orientada a fixar em local de fácil visualização na serventia cartaz informando a gratuidade dos atos.

Realizada a análise, por amostragem, no Livro de Nascimento A-328, verificou-se a grafia correta nos nomes dos registrandos, bem como não se vislumbrou prenomes que os exponham ao ridículo.

A Oficial Registradora afirmou realizar consulta prévia à Central de Informações de Registro Civil das Pessoas Naturais – CRC, antes de realizar o registro de nascimento, a fim de verificar a existência de registro de nascimento lavrado com o mesmo número de Declaração de Nascido Vivo – DNV, conforme Recomendação n. 43/2019 – CNJ.

Como até o momento da correição, não compareceu à serventia pessoa em estado de vulnerabilidade socio econômico, não houve necessidade de fazer a remessa de dados registrais aos Institutos de Identificação, cosoante os termos do parágrafo único, do art. 182, do Provimento n. 149/2023 – CNJ.

Realizada a análise, por amostragem, no Livro de Nascimento A-328, verificou-se que os registros de nascimento contêm os requisitos previstos no art. 54 da Lei n. 6.015/1973, bem como seguem os padrões mínimos definidos pelo Provimento n. 63/2017 – CNJ.

Na hipótese de registros de nascimento quando a mãe é menor de 14 (quatorze) anos, é feita a devida comunicação do Ministério Público.

O acervo da serventia não está totalmente digitalizado e integrado aos sistemas CRC e SIRC, o arquivo anterior



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

a julho/1997 ainda encontra-se pendente de tal providência, sendo inserido aos poucos de acordo com a demanda.

Foi relatado que a Unidade Interligada funcionou por 14 (quatorze) anos no Hospital Municipal de Altamira, entretanto, por ocasião da correição, não estava em funcionamento. De acordo com a Oficial Registradora, o sistema utilizado pela serventia, qual seja, Demaria, não trabalha com VPN, e realizada a cotação para a instalação de fibra ótica, a empresa Interlig orçou muito alto, por volta de R\$ 3.600,00 (três mil e seiscentos reais).

Diante de tal situação, foi organizada reunião, na qual o Exmo. Sr. Des. José Roberto Pinheiro Maia Bezerra Júnior, Corregedor Geral de Justiça do TJPA, e o Exmo. Sr. Dr. Lúcio Barreto, Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral de Justiça do TJPA, procuraram estabelecer o diálogo entre a Titular do Cartório do 3º Ofício de Altamira e membros da Prefeitura de Altamira, a fim de possibilitar o retorno do funcionamento da Unidade Interligada na maternidade daquele município.

A reunião findou com a apresentação das seguintes propostas: 1ª) Ofício da Corregedoria-Geral de Justiça ao sistema Demaria questionando sobre a viabilidade de instalação da VPN; 2ª) Mudança do sistema Demaria para outro que admita a VPN e 3ª) Realização de cotação de preço de serviço de informática pela Prefeitura, para manutenção de link entre a serventia e unidade interligada a ser instalada em maternidade.

Posteriormente, obteve-se a informação de que a referida reunião surtiu efeitos, eis que a Unidade Interligada já se encontra instalada na maternidade do município de Altamira ia VPN. No entanto, a Oficial Registradora do Cartório do 3º Ofício de Altamira ainda não alimentou o sistema Justiça Aberta do CNJ com tal informação.

Quanto ao serviço de Tabelionato de Notas, a serventia mantém fichário de cartões de autógrafo, tanto físico como digital.

Em regra, as Escrituras Públicas lavradas há mais de 30 (trinta) dias, e ausente a assinatura de uma partes, são tornadas sem efeito. Contudo, foram achadas Escrituras de Divórcio e Declaração de União Estável sem as assinaturas dos Defensores Públicos intervenientes nos atos.

Verificou-se em correição que os livros de folhas soltas são devidamente encerrados e arquivados em local próprio.

A serventia já está integrada ao Sistema de Atos Notariais Eletrônicos - e-Notariado, nos termos do Provimento n. 149/2023 – CNJ, que passou a disciplinar a matéria, mas nunca utilizaram.

A serventia já instituiu a matrícula notarial eletrônica, nos termos do Provimento n. 149/2023 – CNJ.

A serventia possui Livro de Registro de Assinaturas para Reconhecimento de Firma Autêntica ou Verdadeira, o qual contém todos os elementos constantes do Capítulo XII do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará.

A Tabeliã foi orientada a prestar informações ao Colégio Notarial do Brasil para alimentação e atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado – CCN.

A serventia efetua consulta ao Banco de Dados da Central de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código hash, em cumprimento aos arts. 7º e 14 do Provimento n. 39 – CNJ.

A serventia efetua consulta ao Banco de Dados da Central de Indisponibilidade de Bens – CNIB, consignando



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

no ato notarial o resultado da pesquisa e o respectivo código hash, em cumprimento aos arts. 7º e 14 do Provimento n. 39 – CNJ.

A Tabeliã Substituta afirmou não ter formalizado Escritura Pública de área rural à pessoa física ou jurídica estrangeira, nos últimos 03 (três) meses.

Em face do exposto, vislumbro a necessidade da adoção das seguintes providências:

RELATÓRIO COMUM A TODAS AS ATRIBUIÇÕES:

01. Apresentar Alvará de Funcionamento ou dispensa pelo Corpo de Bombeiro e Prefeitura, e providenciar a aquisição de extintores de incêndios em número suficientes para evitar acidentes (item 09). **PRAZO: 60 DIAS.**

02. As dúvidas devem ser encaminhadas à Juíza Corregedora Permanente da Comarca via PJE, (item 25). **PRAZO: IMEDIATO.**

03. Atualizar no sistema Justiça Aberta do CNJ dados relativos aos números de prepostos da serventia (item 38). **PRAZO: IMEDIATO.**

04. Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, a fim de promover o registro de conteúdo eletrônico de todos os atos notariais e de registro, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 40). **PRAZO: 60 DIAS.**

05. Passar a enviar imediatamente ao sistema de informação do TJPA os atos selados após suas conclusões, em cumprimento ao disposto no art. 156 do Código de Normas dos Serviços Notariais e de Registro do Estado do Pará (item 47). **PRAZO: IMEDIATO.**

06. Apresentar comprovante da contenda judicial (item 56). **PRAZO: 30 DIAS.**

07. Providenciar a integração ao Sistema Eletrônico de Registros Públicos – SERP, devendo comunicar este Órgão Correcional tão logo o faça (item 77). **PRAZO: 30 DIAS**

RELATÓRIO DE REGISTRO CIVIS DAS PESSOAS NATURAIS:

01. Atualizar no sistema Justiça Aberta do CNJ dados relativos à Unidade Interligada (item 27). **PRAZO: IMEDIATO.**

RELATÓRIO DE TABELIONATO DE NOTAS:

01. Regularizar Escrituras Públicas onde não constam as assinaturas dos Defensores Públicos. (item 06). **PRAZO: IMEDIATO.**



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA-GERAL DE JUSTIÇA

02. Apresentar Plano de Ação, a ser homologado por este Órgão Correcional, a fim de sanar a remessa de informações à CENSEC, para tanto, deve fazer o levantamento da quantidade de atos pendentes de tal providência e indicar prazo razoável para o cumprimento da ordem (item 11). **PRAZO: 60 DIAS.**

03. Prestar informações ao Colégio Notarial do Brasil para alimentação ou atualização dos dados que compõem o Cadastro Único de Clientes do Notariado, todas as vezes que utilizar o e-Notariado (item 14). **PRAZO: IMEDIATO.**

04. Regularizar as pendências existentes na Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC (itens 17 e 18). **PRAZO: 60 DIAS.**

- DOCUMENTOS EM ANEXO:

Anexo I – Ato de Nomeação do Oficial Substituto.

Anexo II – Atos de Nomeação das Escreventes Autorizadas.

Anexo III – Portarias de Juízes de Paz.

Anexo IV – Certidão Negativa de Débitos Estaduais.

Anexo V – FGTS.

Anexo VI – Comprovante de Recolhimento das Contribuições Previdenciárias.

Anexo VII – Certidão Positiva com Efeitos Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União.

Anexo VIII – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

Anexo IX – Ata de Reunião – Unidade Interligada.

Anexo X – Relatório Situacional da Divisão de Arrecadação dos Serviços Extrajudiciais.

Belém, data da assinatura eletrônica.

LUCIO BARRETO
GUERREIRO:8176

Assinado de forma digital por
LUCIO BARRETO GUERREIRO:8176
Dados: 2023.10.11 12:10:56 -03'00'

LÚCIO BARRETO GUERREIRO

Juiz Corregedor da CGJ

MONICA CRISTINA DE
AZEVEDO
HONDA:57778698234

Assinado de forma digital por
MONICA CRISTINA DE AZEVEDO
HONDA:57778698234
Dados: 2023.10.11 16:09:12 -03'00'

MÔNICA CRISTINA DE A. HONDA

Assessora Jurídica da CGJ